



Termômetro Tributário

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai
Eduardo Teixeira e Pedro Roveri

Esta é a décima edição do ano de 2019 do boletim Termômetro Tributário do CEPER-FUNDACE. Na última edição, divulgada em setembro, foram analisados os valores referentes à arrecadação dos principais impostos federais do mês de julho de 2019. Dando continuidade à análise, esta edição apresenta e discute os dados de arrecadação federal referente ao mês de agosto de 2019, comparando-os com os dados referentes ao mesmo mês de 2018, conforme apresentado na Tabela 1.

Ressalta-se que, desde a edição de maio de 2018, os municípios de Porto Ferreira, Descalvado e Santa Rita do Passa Quatro foram excluídos da análise por não pertencerem mais à jurisdição da DRF de Ribeirão Preto. Adicionalmente, desde a edição de outubro de 2018, a análise dos dados de arrecadação é referente somente à contribuição dos estabelecimentos residentes em cada município. Anteriormente, era contabilizada toda a arrecadação das empresas – considerando-se a sede e suas filiais situadas em outros municípios - no município sede. Outra alteração foi a inclusão da arrecadação de Pessoas Físicas.

Tabela 1: Arrecadação de Impostos Federais - grupos selecionados e total geral Brasil, estado de São Paulo, região de Ribeirão Preto e município sede (Agosto)

	Brasil			Estado de São Paulo			Região de Ribeirão Preto			Município de Ribeirão Preto		
	2018	2019	Var %	2018	2019	Var %	2018	2019	Var %	2018	2019	Var %
IPI	4.700.606	4.596.329	-2,2%	1.977.264	1.867.141	-5,6%	16.378	19.602	19,7%	8.670	8.972	3,5%
PIS/PASEP	5.367.785	5.658.864	5,4%	1.960.602	1.942.224	-0,9%	21.418	21.881	2,2%	12.327	13.678	11,0%
IRRF	15.453.683	16.152.519	4,5%	6.512.565	6.455.069	-0,9%	43.999	46.057	4,7%	25.595	26.754	4,5%
CSLL	5.544.652	7.008.917	26,4%	2.237.435	2.595.827	16,0%	20.124	19.478	-3,2%	11.976	10.920	-8,8%
IRPJ	9.550.807	13.409.861	40,4%	3.997.062	5.142.810	28,7%	40.911	41.595	1,7%	25.119	23.418	-6,8%
COFINS	20.343.802	20.967.883	3,1%	7.964.010	7.994.968	0,4%	76.276	72.221	-5,3%	41.100	45.048	9,6%
TOTAL	75.607.607	82.945.232	9,7%	30.315.828	31.760.736	4,8%	384.127	399.746	4,1%	226.464	238.598	5,4%

Fonte dos dados: Receita Federal

Notas: Total geral se refere à arrecadação de todos os impostos, não somente os selecionados. Dados em R\$ de ago./2019

Em nível nacional, a arrecadação de impostos federais atingiu R\$ 82,9 bilhões em agosto de 2019, o que representou aumento de 9,7% em relação ao mesmo mês de 2018. Dentre as rubricas analisadas, todas apresentaram crescimento com exceção de IPI, que recuou 2,2%. Destacam-se o IRPJ e CSLL, que avançaram 40,4% e 26,4%, respectivamente.

No estado de São Paulo, o total arrecadado em agosto de 2019 foi de R\$ 31,8 bilhões, aumento de 4,8% frente ao mesmo mês de 2018. Dentre as rubricas analisadas, houve recuo do IPI (-5,6%), PIS/PASEP (-0,9%) e IRRF (-0,9%). As

demais apresentaram crescimento, com destaque para IRPJ (28,7%) e CSLL (16,0%)

Na região de Ribeirão Preto, a arrecadação totalizou R\$ 399,7 milhões. O resultado representou um aumento de 4,1% quando comparado a agosto de 2018. As rubricas CSLL e COFINS apresentaram queda, de 3,2% e 5,3%, respectivamente, enquanto todas as demais avançaram, com destaque para o IPI (19,7%).

Por fim, no município de Ribeirão Preto, a arrecadação atingiu a marca de R\$ 238,6 milhões,



Termômetro Tributário

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai
Eduardo Teixeira e Pedro Roveri

valor 5,4% superior ao arrecadado no mesmo mês do ano anterior. Houve recuo na arrecadação da CSLL (-8,8%) e IRPJ (-6,8%), enquanto todas as

demaís avançaram, com destaque para PIS/PASEP (11,0%).

Tabela 2: Arrecadação de Impostos Federais - grupos selecionados e total geral
Brasil, estado de São Paulo, região de Ribeirão Preto e município sede (Acumulado Jan./19 a Ago./19)

	Brasil			Estado de São Paulo			Região de Ribeirão Preto			Município de Ribeirão Preto		
	2018	2019	Var %	2018	2019	Var %	2018	2019	Var %	2018	2019	Var %
IPI	36.811.409	37.196.529	1,0%	15.910.835	15.535.213	-2,4%	132.675	136.367	2,8%	65.217	64.962	-0,4%
PIS/PASEP	44.612.641	45.369.446	1,7%	16.154.051	15.862.421	-1,8%	177.859	178.794	0,5%	102.567	103.005	0,4%
IRRF	144.260.612	148.601.894	3,0%	65.327.364	65.776.222	0,7%	409.151	430.823	5,3%	216.203	232.260	7,4%
CSLL	56.865.756	63.616.087	11,9%	24.771.122	25.852.158	4,4%	287.566	298.087	3,7%	169.790	162.154	-4,5%
IRPJ	100.536.135	118.747.285	18,1%	44.935.596	49.167.122	9,4%	616.141	636.934	3,4%	348.008	334.848	-3,8%
COFINS	167.037.800	168.117.371	0,6%	66.464.748	66.310.162	-0,2%	629.160	626.351	-0,4%	355.229	353.465	-0,5%
TOTAL	681.102.023	701.144.857	2,9%	283.856.770	284.775.056	0,3%	3.729.601	3.857.778	3,4%	2.163.585	2.153.930	-0,4%

Fonte dos dados: Receita Federal

Notas: Total geral se refere à arrecadação de todos os impostos, não somente os selecionados. Dados em R\$ de ago./2019

A Tabela 2 apresenta a arrecadação acumulada entre janeiro e agosto de 2019 e a compara com o valor arrecadado no acumulado de janeiro a agosto de 2018.

No acumulado nos últimos sete meses, a arrecadação tributária brasileira atingiu a cifra de R\$ 701,4 bilhões, crescimento de 2,9% frente a arrecadação registrada no mesmo período do ano anterior. Todas as rubricas analisadas apresentaram variação positiva em relação ao período anterior, com destaque para o IRPJ (18,1%) e a CSLL (11,9%).

No estado de São Paulo, o acumulado entre janeiro e agosto registrou a arrecadação de R\$ 284,8 bilhões, representando aumento de 0,3% na comparação com o valor acumulado para o mesmo período do ano anterior. Houve recuo na arrecadação de três impostos: IPI (-2,4%), PIS/PASEP (-1,8%) e COFINS (-0,2%). As demais apresentaram avanço, com destaque para IRPJ (9,4%) e CSLL (4,4%).

Na região de Ribeirão Preto, a arrecadação acumulada entre janeiro e agosto totalizou quase R\$ 3,9 bilhões, representando um aumento de 3,4% em relação ao acumulado no mesmo período do ano anterior. Todas as rubricas analisadas apresentaram variação positiva, com exceção de COFINS que apresentou recuo de 0,4%.

Por fim, no município de Ribeirão Preto, o valor arrecadado de R\$ 2,15 bilhões representou uma queda de 0,4% na arrecadação acumulada entre janeiro e agosto de 2019 frente à arrecadação acumulada de R\$ 2,16 bilhões entre janeiro e agosto de 2018. Todas as rubricas analisadas apresentaram variações negativas, com exceção de PIS/PASEP (0,4%) e IRRF (7,4%).

As Figuras 1 e 2 complementam a análise, apresentando a trajetória da arrecadação nos últimos cinco anos, para os meses de agosto e os valores acumulados entre janeiro e agosto. Também são feitas comparações com os períodos equivalentes de anos anteriores.



Termômetro Tributário

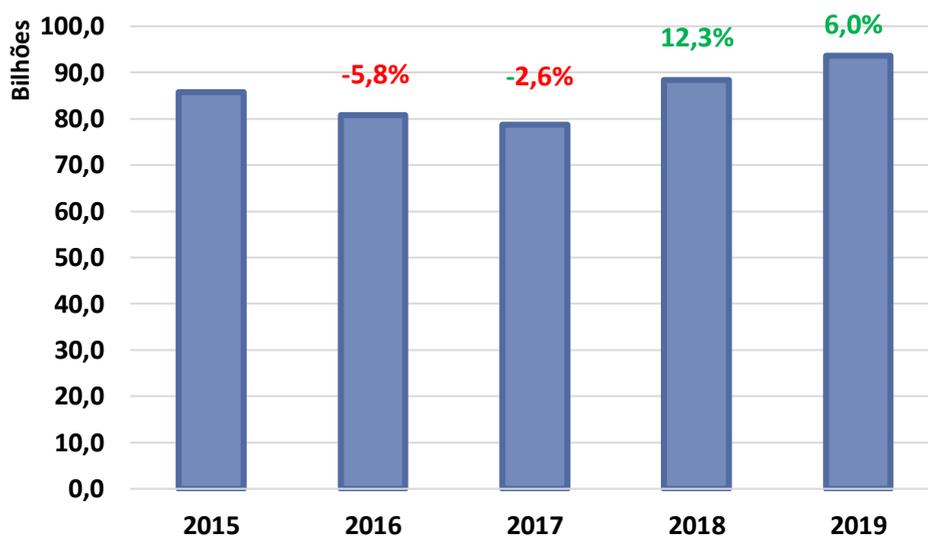
Ribeirão Preto/SP

*Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai
Eduardo Teixeira e Pedro Roveri*

Conforme reportado na Figura 1, a arrecadação registrada no mês de agosto de 2019 foi a maior arrecadação dos últimos cinco anos. Além disso, a figura sugere que a arrecadação está se recuperando em relação às quedas observadas em anos anteriores.

Na Figura 2, por sua vez, é possível observar que a arrecadação acumulada entre janeiro e agosto segue o mesmo comportamento da Figura 1, sendo o período de 2019 com maior arrecadação nos últimos cinco anos.

Figura 1: Arrecadação de Impostos Federais – Brasil (Agosto)
Anos Selecionados – Total Arrecadado e Variação % em relação ao ano anterior



Fonte dos dados: Receita Federal
Nota: Dados em R\$ de ago. de 2019.



Termômetro Tributário

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai
Eduardo Teixeira e Pedro Roveri

Figura 2: Arrecadação de Impostos Federais – Brasil (Acumulado entre Janeiro e Agosto) - Anos Selecionados – Total Arrecadado e Variação % em relação ao ano anterior



Fonte dos dados: Receita Federal
Nota: Dados em R\$ de ago. de 2019.

O relatório da Receita Federal (<http://receita.economia.gov.br/dados/receitadada/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2019/agosto2019/analise-mensal-ago-2019.pdf>) apresenta informações que ajudam a contextualizar a arrecadação tributária no mês de agosto de 2019.

O principal destaque apontado no relatório para o mês de agosto foi a arrecadação do *Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ)* e da *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*, que em conjunto apresentaram crescimento real de 35,26% em relação ao mesmo período do ano anterior. O avanço na arrecadação destes tributos reflete a melhora de resultado dos setores de *atividades financeiras, combustíveis e eletricidade*.

Além disso, houve pagamentos atípicos desses tributos no valor de R\$ 5,2 bilhões.

O relatório ainda destaca a arrecadação do *Imposto de Renda Retido na Fonte sobre o Trabalho* que se elevou em 6,25% em relação a agosto de 2018. Tal resultado reflete o crescimento dos rendimentos do trabalho assalariado e de aposentadoria dos setores público e privado. Já para o período entre janeiro e agosto de 2019 destaca-se a arrecadação do *Imposto sobre Operações Financeiras*, que cresceu 7,31% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultado explicado pelo aumento da concessão de crédito.

Outras informações permitem contextualizar a arrecadação tributária frente ao



Termômetro Tributário

Ribeirão Preto/SP

Prof. Dr. Sergio Naruhiko Sakurai
Eduardo Teixeira e Pedro Roveri

comportamento da economia brasileira como um todo.

Segundo a *Pesquisa Mensal de Serviços* do IBGE, no mês de agosto de 2019 o setor de serviços recuou 0,2% em relação ao mês imediatamente anterior na série livre de componente sazonal. Sob a mesma base de comparação, os setores da pesquisa que apresentaram crescimento foram *Serviços de Informação e Comunicação* (0,4%) e *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares* (0,5%). Os setores que apresentaram queda foram os de *Serviços Prestados às Famílias* (-1,7%), *Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio* (-0,9%) e *Outros Serviços* (-2,7%).

Na comparação entre agosto de 2019 e o mesmo mês no ano anterior, o setor de serviços recuou 1,4%. Nesta base de comparação os setores de *Serviços Prestados às Famílias, Serviços de Informação e Comunicação* e *Outros Serviços* apresentaram crescimento, sendo de 0,9%, 4,6% e 5,7%, respectivamente. Já os setores em queda foram os de *Transportes, Serviços Auxiliares aos Transportes e Correio* (-7,9%) e *Serviços Profissionais, Administrativos e Complementares* (-2,6%).

Já segundo a *Pesquisa Industrial Mensal* do IBGE, a produção industrial avançou 0,8% em agosto de 2019 em relação ao mês imediatamente anterior na série livre de componente sazonal. Nesta base comparação, 10 dos 26 ramos analisados na pesquisa apresentaram crescimento, com destaque para *Impressão e reprodução de gravações* (8,7%), *Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto*

veículos automotores (7,7%) e *Indústrias Extrativas* (6,6%). Dentre os ramos que sofreram queda, os destaques são *Confecção de artigos do vestuário e acessórios* (-7,4%) e *Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos* (-6,2%).

Ainda sob comparação com o mês imediatamente anterior, mas considerando as grandes categorias econômicas, temos que *Bens Intermediários* avançou 1,4%. Já as demais categorias apresentaram queda, sendo: *Bens de Capital* (-0,4%), *Bens de Consumo Duráveis* (-1,8%) e *Bens de Consumo Semiduráveis e não Duráveis* (-0,4%).

Já na comparação com o mesmo mês do ano anterior, a produção industrial apresentou queda de 2,3% no mês de agosto de 2019. Nesta base de comparação apenas 3 dos 26 ramos da pesquisa apresentaram aumento, sendo eles: *Impressão e reprodução de gravações* (9,1%), *Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (5,0%) e *Fabricação de produtos alimentícios* (1,0%). Dentre os ramos que apresentaram queda, os destaques foram *Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos* (-12,7%), *Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores* (9,7%) e *Fabricação de celulose, papel e produtos de papel* (-8,4%).

Ainda com base em agosto de 2018, mas considerando os grandes setores, todos apresentaram queda, sendo: *Bens de capital* (-3,7%), *Bens intermediários* (-2,1%), *Bens de consumo duráveis* (-5,6%) e *Bens de consumo semiduráveis e não duráveis* (-0,7%).